

## Prefácio à Edição Especial

É uma honra e uma excelente oportunidade poder prefaciá-la esta edição especial da Revista Diálogos Soberania e Clima que o Centro Soberania e Clima está promovendo sobre a Amazônia. Em primeiro lugar, pela afinidade que tenho com o tema, pois além de ex-presidente da Sociedade Brasileira da Economia Ecológica ([ECOECO](#)), participei por seis anos do Painel Internacional de Recursos ([IRP](#)) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ([UNEP](#)), onde vivenciei os dilemas das políticas de desenvolvimento, em um contexto de mudança climática e de necessidade de preservação dos ecossistemas, a partir da perspectiva das Nações ricas e pobres. Em segundo, porque sou amazônida, minha família tem origens na região do Baixo Tocantins, no estado do Pará, e pude escutar de meus avós como a população ribeirinha vivenciou o auge e o declínio do ciclo da borracha, a escassez no período das guerras e como o ritmo da vida era (e ainda é) definido pelos ciclos da natureza - a safra do açaí, do pescado, do camarão, das frutas, das ervas - com o movimento das marés determinando as possibilidades de ir e vir das populações locais. Mas toda essa forma de existência tem sido colocada em xeque pela urgência climática.

A crescente consciência global sobre os efeitos devastadores das mudanças climáticas, já fortemente sentidos em todo o planeta, vem exigindo ações urgentes e efetivas. Já não se trata mais de especulação sobre “aquecimento global” ou “mudanças climáticas”, mas sim de uma emergência climática que escala mundialmente, atingindo todas as estruturas da existência humana e não humana e penalizando, principalmente, os grupos mais vulneráveis.

Não obstante todos os alertas feitos desde os anos 1980 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas ([IPCC](#)) e a profusão de protocolos internacionais subsequentes até o [Acordo de Paris](#) e a [Agenda 2030](#), em 2015, além das várias edições das Conferências das Partes ([COP](#)), a situação parece se agravar dia-a-dia, com registros de recordes históricos de aumento da temperatura e suas consequências em termos de secas, incêndios, enchentes, enxurradas, tufões, etc., que ameaçam todos os aspectos da vida. Por esse motivo, a COP-30, que ocorrerá em 2025, em Belém do Pará, porta de entrada da Amazônia brasileira, será um dos mais importantes e simbólicos encontros para debater sobre as reais possibilidades de enfrentamento da questão e o futuro que a humanidade deverá trilhar nos próximos anos.

Há décadas a ciência chama a atenção sobre o papel dos serviços ecossistêmicos que são realizados gratuitamente pelas florestas. Esses serviços são indispensáveis para contra-arrastar o excesso de gases na atmosfera que promove e agrava as mudanças no clima. Foram as florestas, por meio da fotossíntese, que ao longo dos tempos absorveram o excesso de carbono da atmosfera gerado em outras eras geológicas, permitindo o florescimento da vida humana na Terra. No entanto, a exploração e o uso excessivo dos combustíveis fósseis em um ritmo muito mais acelerado do que a possibilidade de absorção natural dos gases que geram estão mudando rapidamente as condições de sobrevivência humana na Terra.

É preciso deixar claro que não é o planeta Terra que está ameaçado, portanto, não se trata de salvá-lo, mas sim de preservar a existência humana. O planeta vai continuar a se modificar como tem feito há bilhões de anos. A espécie humana — que foi uma das últimas a habitar a Terra, por ser a mais vulnerável, embora a mais arrogante —, pode ser extinta, como tantas espécies já foram e continuam sendo muito rapidamente. De acordo com o Relatório Índice Planeta Vivo de 2022 do WWF, já foi verificado um declínio médio de 69% na abundância relativa de

populações de vida selvagem monitoradas em todo o mundo entre 1970 e 2018. E na América Latina, essa perda é ainda maior, de 94%. E a Amazônia está no epicentro dessa degradação.

O ritmo acelerado de devastação da Amazônia revela a volúpia global sobre os seus recursos naturais. Dados de imagens de satélite sobre cobertura vegetal do MapBiomass revelam que, em 1985, havia 90,3% de floresta preservada, mas esse percentual caiu para 77,6% em 2023, o que equivale a uma perda média de quase 0,5% ao ano, o que conduzirá rapidamente ao “ponto de não retorno” e à consequente savanização do bioma.

Portanto, esta edição especial que o Centro Soberania e Clima promove sobre a Amazônia é um documento muito oportuno e necessário; elaborado por pesquisadores altamente qualificados e com longa trajetória e experiência em Amazônia e clima. As reflexões e os ensinamentos desses autores certamente contribuirão para a expansão da nossa consciência a respeito desse bioma ímpar que é a Amazônia e cuja existência é indispensável para o equilíbrio do clima. Considerando que na região habitam por volta de 30 milhões de pessoas, é preciso enfatizar que a discussão sobre a proteção ambiental e a soberania nacional deve incorporar firmemente a perspectiva de sustentabilidade para os que vivem na região amazônica e dependem de seus recursos. Os artigos abordam questões antigas e estruturais não encaminhadas, bem como as novas e urgentes demandas trazidas pela Agenda do Clima.

Beto Veríssimo e Melissa Wilm destacam o receituário necessário, mas de difícil implementação, qual seja: 1. garantir o pagamento pelos serviços ecossistêmicos gerados pela floresta em pé; 2. investir na restauração com espécies nativas para reconstruir a floresta original em áreas desmatadas que estão degradadas e sem uso econômico; 3. desenvolver as cadeias da bioeconomia com foco nos produtos não-madeireiros, agroflorestais, peixes tropicais, etc. 4. aumentar a produtividade da agropecuária nas áreas já desmatadas, aproveitando melhor essas áreas; e 5. melhorar as condições da Amazônia urbana, onde reside cerca de 76% da população.

Paulo, Ismael e Carlos Nobre retratam a Amazônia como um “sistema-organismo ativo” que é frágil mas, ao mesmo tempo, essencial para o equilíbrio climático. Os autores focam em propor alternativas para que a manutenção da floresta seja, de fato, uma alternativa que compense rejeitar outros usos predatórios; para isso, a condição sine qua non é a existência de uma sociobioeconomia de floresta em pé, o que exige políticas públicas de forte incentivo para uma rápida transição e esta nova economia. Essas políticas devem objetivar: 1. zerar os desmatamentos, a degradação florestal e o fogo em toda a Amazônia; 2. criar forte colaboração científica, a exemplo dos Laboratórios Criativos da Amazônia (LCA), para a busca de inovações para esta sociobioeconomia de floresta em pé (iniciativa Amazônia 4.0) e 3. dar escala a projetos de restauração florestal. Para isso, deve haver o envolvimento de todas as entidades de governo, da sociedade civil e das empresas.

Aurilene Ferreira enfatiza que as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia precisam ser vistas a partir da interligação entre questões de segurança nacional e estratégias de desenvolvimento na região, em uma abordagem integrada que considere, não apenas os aspectos econômicos mas, também, os ambientais, sociais e políticos da região, tendo como guia a Agenda 2030 da ONU.

Medeiros Filho, com base em uma perspectiva geopolítica sustentável da Pan-Amazônia, ressalta que a Amazônia é vista como capital estratégico do Brasil, por isso organismos multilaterais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) devem ser reforçados, a fim de facilitar a cooperação entre os países para o enfrentamento de questões de interesse comum. Ele também ressalta as fragilidades das instituições locais e a necessidade de fortalecer a presença do Estado a fim de assegurar a soberania. Segundo o autor, “Faz-se necessário compreender bem o fenômeno que envolve a relação entre ‘mudanças climáticas’ (e a necessidade de encontrar soluções sustentáveis) e ‘soberania’ (o direito de uma nação independente de afirmação e gestão autônoma de seu destino) para comunicar a questão de forma estratégica”.

Thauan Santos, Diogo Vianna Grion Velasco e Carine Lacerda destacam a questão da soberania da Amazônia a partir do nexos das áreas marítimas (Amazônia Azul) com a flores-

tal (Amazônia Verde), destacando que há lacunas consideráveis entre essas agendas. Há na Amazônia Azul fortes interesses da tradicional indústria do petróleo e gás, os quais não estão alinhados com as necessidades da agenda das mudanças climáticas, e esse desequilíbrio representa um desafio para alcançar o desenvolvimento sustentável em ambos os domínios. Nesse sentido, fazem quatro recomendações: 1. redirecionar investimentos para diversificar os setores da Economia Azul e Verde; 2. promover políticas que incentivem o uso sustentável dos recursos marinhos, incluindo a expansão de energia renovável, ecoturismo, infraestrutura resiliente ao clima e segurança alimentar. 3. descentralizar a alocação de recursos financeiros para ambas as agendas; e 4. há necessidade de maiores investimentos na Economia Azul.

Tássio Franchi e Lucas Barreto Rodrigues chamam a atenção para a questão do crime organizado transnacional e da violência que vem escalando na Região, impondo desafios à segurança e à governança ambiental e territorial. Essa expansão tem sido impulsionada pelo tráfico de drogas, acesso ilícito aos recursos naturais e pela vastidão da fronteira pouco protegida. Eles recomendam: 1. reforço às articulações bilaterais e multilaterais entre os países amazônicos para diagnósticos integrados; 2. intensificar a troca de informações de inteligência e o planejamento operacional conjunto de ações nas regiões fronteiriças; 3. criação de alternativas econômicas para as populações fronteiriças; e 4. incentivar a OTCA a atuar de forma mais proativa em temas de segurança ambiental e internacional, que tangenciam a Amazônia.

Antônio dos Santos e Lídia Ribas destacam que a Amazônia Legal representa um desafio geopolítico superlativo para o Estado brasileiro devido à “complexidade existente quando se coloca o meio ambiente e a soberania na Amazônia como fatores no debate sobre o desenvolvimento nacional”, considerando os múltiplos interesses globais e também as profundas desigualdades relacionadas à renda regional e aos indicadores socioeconômicos mais amplos. Assim, para o enfrentamento dessas questões, apresentam três sugestões: 1. aperfeiçoar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, com maior atenção às demandas nacionais e, principalmente, regionais; 2. estimular a cooperação regional com a coordenação dos países amazônicos e o Brasil como principal ator regional, de modo a desenvolver a região e neutralizar riscos de ingerência; e 3. promover diálogo com foco no desenvolvimento sustentável que abranja os agentes da defesa e segurança nacional, a fim de realizar a ligação entre soberania e meio ambiente para uma postura proativa em relação às questões ambientais.

Luiz Claudio Ferreira de Araujo destaca o papel do Comando Militar da Amazônia (CMA) na defesa e desenvolvimento sustentável regional, e de suas ações quanto aos projetos de energia sustentável e preservação ambiental, assistência médica e outras necessidades básicas para as comunidades locais da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), ressaltando a importância de fortalecer ações de defesa da Amazônia por meio de uma abordagem integrada que envolva o CMA, Forças Armadas, governos, comunidades, organizações não governamentais, academia e setor privado.

Por fim, quero ressaltar que ler em primeira mão os artigos que compõem esta edição “Amazônia: desafios e oportunidades em um espaço em constante transformação” me permitiu refletir sobre as diferentes facetas dos dilemas enfrentados pela Amazônia na luta por sua preservação com sustentabilidade e reafirmar minha convicção sobre a necessidade mais que urgente de ação e um chamado a todos os segmentos empresariais, governamentais, acadêmicos e da sociedade civil para abraçarem a causa. Uma excelente leitura!

#### **Maria Amélia Enríquez**

Economista, PhD em Desenvolvimento Sustentável, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará (UFPA)

### Referências

1. WWF (2022) Relatório Planeta Vivo 2022. Disponível em: <https://wwflpr.panda.org/pt-BR/> (Acesso: 19 Julho 2024).
2. MapBiomias (2023) Mais de três décadas de dados. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/> (Acesso: 19 Julho 2024).